

Conhecer para ensinar: por uma andragogia do acolhimento

RESUMO

O trabalho consiste em apresentar um relato de experiência feito em salas de aula do Curso de Direito, com o objetivo de apresentar ferramenta capaz de traçar o perfil socioeconômico dos discentes e, com isso, auxiliar o docente na adaptação de sua disciplina para a realidade de vida que cada turma e local refletem. Para tanto, utiliza-se a experiência histórica, que demonstra não ser a solução investir na modificação constante dos projetos pedagógicos e matrizes curriculares, mas sim em outras vertentes de abordagem, em prol de uma basilar e, após, contínua formação docente, para estimular em paralelo o acolhimento necessário que deve existir na relação professor-aluno.

Palavras-chave: educação jurídica; andragogia; análise de dados.

1 INTRODUÇÃO

Existiam debates, conforme Venâncio Filho (2005, p. 316) traz em sua obra um apontamento de Caio Mário Pereira, no qual o professor de Direito afirma que o aluno recentemente egresso tem dificuldades com a “vida prática”, pois não tem “prática na vida”.

Parece existir uma constante percepção histórica dos próprios integrantes da sociedade jurídica brasileira, em uma deficiência na formação do jurista brasileiro em face da realidade que esse integra (Magalhães, 2020).

Apesar de o constituinte não ter se preocupado de maneira adequada com a garantia da qualidade da educação no Brasil (Ranieri, 2009, p. 315-319), não seria esse um motivo plausível para se aceitar a normalização da reprodução dos moldes bancários do eterno ciclo em que vivemos, ao invés de um ensino libertador, adequado para as necessidades da sociedade que seu agente integra (Freire, 2009).

Desse modo, com base nas premissas mencionadas, este trabalho consiste em apresentar uma experiência feita em sala de aula, aplicada em um Curso de Direito público em Brasília e remodelada para ser aplicada em dois cursos de direito de instituições particulares distintas na região metropolitana de Fortaleza, com o propósito de traçar o perfil de uma turma para auxiliar o docente.

Victor Alves Magalhães
Mestre em Direito pela Universidade
Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0002-0136-2658>
magalhaes.victor.adv@gmail.com

Isabelly Cysne Augusto Maia
Doutora em Direito pela Universidade
Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0002-7178-336X>
isabellycysne@gmail.com

Autor correspondente:
Victor Alves Magalhães
E-mail: magalhaes.victor.adv@gmail.com

Submetido em: 08/02/2024
Aprovado em: 29/02/2024

Como citar este artigo:
MAGALHÃES, Victor Alves; MAIA, Isabelly Cysne Augusto. Conhecer para ensinar: por uma andragogia do acolhimento. **Revista Interagir**, Fortaleza, v. 18, n. 124 Edição Suplementar, p. 13-15, out./dez. 2023.

2 MÉTODOS

O método consistiu em utilizar um *software* particular “Mentimeter”, para traçar um perfil econômico e social das pessoas que compõem a turma.

O teste é aplicado logo após a apresentação do docente, no primeiro dia de aula, explicando-se que todas as respostas serão anônimas, podendo os alunos utilizarem seus celulares para responderem as perguntas objetivas.

A 1ª pergunta “Qual sua idade?”, serve para descobrir o perfil geracional da turma.

A 2ª “Em qual semestre você se encontra?”, tem como objeto o nivelamento da turma e do conteúdo que virá a ser ministrado.

A 3ª é lúdica, geralmente se questiona sobre times de futebol ou objetos de interesse coletivo, para aliviar o ambiente para as próximas perguntas.

A 4ª é: “Em que nível vocês estão animados com o Curso de Direito?”. A pergunta serve de termômetro para descobrir possíveis índices de evasão logo no início do curso, bem como em conjunto com outros questionamentos posteriores, conseguir outras informações, tais como possíveis alunos com depressão ou outras questões de saúde.

A 5ª questiona se a pessoa utiliza transporte público ou particular para ir à faculdade e a 6ª complementa a anterior: “Quanto tempo você demora para chegar à sala de aula?”, para auxiliar o professor em traçar eventuais balançamentos de exigência do conteúdo ou ajustes de horário da sua disciplina, quando viável.

A 7ª questiona se essa é a primeira graduação da pessoa, para descobrir outras áreas de formação em sala que possam auxiliar o docente no processo formativo.

A 8ª é: “Você trabalha?” Em caso positivo, quantas horas diárias?” e a 9ª pergunta: “Quanto tempo você dispõe para estudar por semana?”, além de traçarem o perfil econômico da turma, também trazem dados como em que medida o professor poderá exigir de seus discentes determinados tipos de atividades e o nível de comprometimento que ele poderá possuir dessa turma.

A 10ª é voltada para a acessibilidade: “Você tem alguma particularidade que prejudica seu aprendizado? Em caso positivo e se sinta confortável em expor, diga como posso ajudar após a aula?”. Nesses casos, é prudente que o docente deixe claro o questionamento com exemplos inclusivos.

A 11ª é: “Você é responsável por algum idoso ou criança? E, em caso positivo, você possui uma rede de apoio?”. Nesse ponto, o propósito é auxiliar pessoas, geralmente mulheres com várias jornadas de trabalho. Saber o cenário de quantas pessoas não possuem uma rede de apoio serve, exatamente, para o docente e a IES se tornarem essa rede, na medida do possível, com atitudes específicas para as demandas desse discente.

Feito isso, é o momento de apresentar o “contrato pedagógico”, que consiste nas regras de bom convívio e funcionamento da sala de aula, conforme as res-

postas coletadas e as necessidades docentes, para que concordem ou não. Finalmente, é feita uma última pergunta, aberta e provocadora, relacionada com a disciplina.

Essas perguntas não servem apenas para os propósitos que foram expostos de maneira explícita, sendo viável deduzir dados ou adequar esse questionário, para auxiliar docentes no processo de ensino acolhedor.

3 RESULTADOS

Como a disciplina no curso público era experimental e serviu de maturação da ideia aqui apresentada, resolveu-se apresentar os dados apenas dos cursos particulares.

Assim, ambas as disciplinas em que ele foi aplicado eram propedêuticas e no início do Curso, porém o perfil socioeconômico dos cursos é distinto, por suas localizações geográficas, principalmente.

No Curso A, em que a turma possuía 25 alunos e as aulas ocorriam pela manhã, o perfil da turma era bem equilibrado e de um padrão econômico elevado. Toda a turma morava próxima à Faculdade, e a maioria chegava a transporte particular. Ninguém cumpria uma carga-horária de trabalho regular de 8 horas diárias, bem como não precisavam de uma rede de apoio.

Contudo, quase metade da turma informou possuir alguma particularidade que prejudicava seu aprendizado. Infelizmente, ninguém veio expor no primeiro momento, porém foi possível detectar algumas questões de maneira mais fácil ao longo das aulas,

com essa informação prévia. Além disso, existiam alguns alunos desmotivados com o Curso. Ambos os aspectos foram repassados à Coordenação para ciência, apesar de não ser possível uma abordagem direta, pois os dados da pesquisa são anônimos, mas o Curso logo forneceu um apoio psicológico mais presente no *campus*, logo após esses dados.

Quanto ao Curso B, em que a turma noturna possuía quase 60 alunos, o perfil era bastante diverso, com padrão econômico menor, quando em comparação ao Curso A. Quase metade da turma utilizava transporte público, e alguns discentes levavam mais de 2 horas para chegar à faculdade, bem como a maioria cumpria carga-horária de 8 horas diárias, e algumas pessoas informaram não possuir rede de apoio ou ter crianças ou idosos sob sua responsabilidade.

Existiam alunos de 4 semestres distintos, o que já permitiu uma readequação do conteúdo que seria ministrado, bem como a dificuldade na disponibilidade do tempo para estudo fora de sala de aula. Além disso, aproximadamente 25% da turma informou possuir alguma particularidade que prejudicava seu aprendizado. Inclusive, alguns alunos se sentiram confortáveis em solicitar adequações para suas necessidades, que logo foram atendidas para facilitar o processo de aprendizado.

Todas essas características foram levadas em consideração para a adequação da disciplina e, conseqüentemente, do estilo e do nível das avaliações.

4 DISCUSSÃO

Idealmente, medidas constantes nesse sentido, para além de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que não permite correção em tempo real dos professores, auxiliam na construção de políticas de aperfeiçoamento da formação dos discentes, conforme as suas realidades.

A discussão, portanto, denota a importância de tentarmos algo novo para um sistema engessado há anos. A insistência na “introdução, supressão ou alteração de componentes curriculares não é capaz, isoladamente, de solucionar problemas de percepção e de compreensão da realidade” (Rodrigues, 2018, p. 27), conforme foi demonstrado.

Para compreender, na atualidade, o propósito dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* do Direito e estabelecer em quais níveis e percursos esses estão comprometidos com a formação discente, precisa-se observar não apenas a relevância dos métodos que são utilizados ou do preparo para o mercado que os cursos ofertam, mas também das vidas que precisamos acolher todos os dias. Para essa realidade, precisamos reconhecer que ainda não somos adequadamente formados no âmbito do Direito.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- MAGALHÃES, Victor Alves. **História da legislação brasileira sobre ensino jurídico através dos currículos**: análise

se comparativa com o desenvolvimento do primeiro curso de direito no Estado do Ceará. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **O Estado democrático de direito e o sentido da exigência de preparo da pessoa para o exercício da cidadania, pela via da educação**. 2009. Tese (Livre Docência em Teoria Geral do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. DCN dos Cursos de Direito: análise da minuta de resolução apresentada pelo CNE como texto referência para a audiência pública de julho de 2018. In: RODRIGUES, Horácio Wanderlei; CELLA, José Renato; SILVA, Jaqueline Mielke (org.). **Direito, Democracia e Sustentabilidade**: Anuário do PPGD/IMED. Erechim, RS; Deviant, 2018. p. 25-59.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.